

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.202 - PB (2014/0311114-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**RECORRENTE** : **CHANG CHERN JI MEI**  
**RECORRENTE** : **CHANG LANG FANG**  
**ADVOGADO** : **DIÊGO NUNES MEDEIROS FERREIRA RAMOS E OUTRO(S) -**  
PB013992  
**RECORRIDO** : **JOSÉ HELMAN PALITO DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO** : **KATIA REGINA FARIAS E OUTRO(S) - PB001004**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da CF.

O Tribunal de origem deu provimento ao apelo interposto pelo recorrido, conforme a seguinte ementa (e-STJ fls. 415/416):

PROCESSUAL CIVIL. 2º apelo: alegação de nulidade da sentença. Determinação de emenda da inicial. Descumprimento. Inépcia. Extinção sem resolução do mérito. Manutenção. 1º apelo: irresignação quanto ao valor dos honorários advocatícios. Fixação em valor reduzido. Majoração. Desprovimento do segundo apelo e provimento do primeiro.

- Não atendido o comando judicial no prazo determinado, concernente no ônus de o autor providenciar a citação daqueles que devem figurar no polo passivo da demanda, restou caracterizada a irregularidade formal da inicial, impondo-se o seu indeferimento da inicial e a consequente extinção do processo sem resolução do mérito.

- A verba advocatícia não pode ser fixada em valor ínfimo, a atentar contra a dignidade do causídico, o qual se debruçou com empenho sobre a causa, de forma a emprestar tempo e dedicação à defesa do cliente.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 430/437).

Nas razões do recurso especial, os recorrentes alegaram violação do art. 20, § 3º, "a", "b" e "c", do CPC/1973, insurgindo-se contra o valor dos honorários advocatícios. Destacou (e-STJ fl. 446):

Não tendo sido o mérito do processo julgado, se quer tendo avançado a demanda à fase de instrução, a fixação de honorários em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), quando o valor da causa não ultrapassa a quantia de R\$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) fere não só o art. 20, §3º, a, b, c do CPC como também o princípio da equidade, da razoabilidade e do enriquecimento ilícito, que deve ser observado pelo juiz na fixação dos honorários sucumbenciais. Em casos semelhantes, quando o processo é extinto sem julgamento de mérito, o STJ tem se manifestado de acordo com a tese da parte autora, (...).

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 466/472).

É o relatório.

Decido.

O recurso especial foi interposto com fundamento no Código de Processo Civil

# *Superior Tribunal de Justiça*

de 1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte (Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Ao decidir sobre o valor dos honorários advocatícios, o Tribunal de origem assim se pronunciou (e-STJ fl. 419):

No que tange aos honorários, móvel da irresignação de José Helman Palitot de Oliveira, primeiro apelante, torna-se necessário considerar todos os pormenores pertinentes ao caso, bem como as regras do art. 20 do CPC.

Desse modo, observando que não houve condenação meritória na sentença, os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser fixados consoante apreciação equitativa do Juiz, nos termos da norma do § 4º do art. 20 do CPC, atendidas as diretrizes das alíneas constantes no § 3º do mesmo artigo.

Logo, cabe arbitramento condizente com a ação e o trabalho desempenhado pelo advogado do primeiro apelante, principalmente porque a demanda requereu esforço do causídico diante dos incidentes processuais, haja vista, ainda, que a extinção do processo ocorreu após a contestação e audiência preliminar.

A verba advocatícia não pode ser fixada em valor ínfimo, a atentar contra a dignidade do causídico, o qual se debruçou com empenho sobre a causa, de forma a emprestar tempo e dedicação à defesa do cliente.

Frise-se, por oportuno, que a causa em comento teve origem em novembro de 2007, ou seja, há quase 05 (cinco) anos.

No caso, tem-se que os honorários advocatícios sucumbenciais devem ser majorados para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), valor que se mostra condizente com os requisitos das alíneas "a", "b" e "c" do § 3º do art. 20 do CPC.

O reexame dos critérios fáticos sopesados de forma equitativa para a fixação dos honorários advocatícios revela-se, em princípio, inviável no âmbito do recurso especial, em virtude da vedação da Súmula n. 7/STJ. Excepcionalmente, porém, autoriza-se a modificação do valor da verba honorária, quando irrisório ou abusivo o montante fixado.

No caso dos autos, o valor estabelecido pelas instâncias de origem em R\$ 20.000,00 (vinte e mil reais) não enseja a intervenção do STJ.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator